

“O país está mudando”

A questão social preocupa há muito tempo a antropóloga Ruth Cardoso, que há seis anos se divide entre os programas do Conselho da Comunidade Solidária, do qual é presidente, e as funções protocolares de primeira-dama do país. É com entusiasmo que ela fala dos programas do Comunidade Solidária: Universidade Solidária, Alfabetização Solidária, Capacitação Solidária, Artesanato Solidário e Rede Jovem, todos para tentar melhorar a vida dos brasileiros mais pobres e excluídos da sociedade. E é com compreensível cautela que Ruth Cardoso comenta a situação social do país e os programas do governo chefiado pelo marido Fernando Henrique. Suas críticas são cuidadosas, mas firmes e racionais. Ela não hesita, por exemplo, em admitir que há graves problemas de gerenciamento nos programas sociais do governo e em reconhecer que muitas vezes

o dinheiro liberado para esses programas não chega aos destinatários – ou chega a quem não deveria chegar. E evita fazer comentários sobre o Fundo da Pobreza, lançado pelo senador Carlos Magalhães – com quem seu marido vem tendo alguns entevos – e aprovado na semana passada pelo Congresso Nacional. À frente do Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, 70 anos que não aparenta, desenvolve um trabalho que privilegia a mobilização social e a participação da comunidade. Por isso ela é ferrenha defensora da descentralização da ação social e tenaz opositora de programas que considera assistencialistas, como a distribuição de cestas básicas. Embora, com realismo, diga que é preciso muitas vezes resolver os problemas emergenciais para poder aplicar os programas que possam efetivamente retirar as pessoas da exclusão social.

Carlos Eduardo

HÉLIO DOYLE

– A senhora está satisfeita com os resultados do Comunidade Solidária?

– Estou muito satisfeita. Estamos fazendo aquilo a que nos propusemos. Temos realizados reuniões de avaliação dos programas e os resultados são muito positivos. Nós temos ampliado as parcerias com empresas, com as prefeituras. Hoje cerca de 70% dos municípios onde estamos com o Alfabetização Solidária já têm supletivo, que é um envolvimento do município, do Ministério da Educação, dos governos estaduais e das universidades. Fizemos mais do que eu supunha que se pudesse fazer.

– A senhora faz críticas às políticas sociais do governo?

– A minha crítica eu faço desde o começo, eu estou convencida de que a política social não é uma questão só de recursos, mas também é uma questão de gerenciamento. O nosso objetivo com os programas do Comunidade Solidária é exatamente criar novos mecanismos de gerenciamento, mostrar que a gente pode trabalhar com flexibilidade e com isso obter melhores resultados. A gente tem condição de trabalhar com parcerias, de trabalhar com financiamentos privados. A gente está procurando mostrar aquilo que se pode conseguir numa política social, com baixo custo, que é a nossa preocupação fundamental em todos os programas. Há vários programas do governo que responderam a esse desafio, que melhoraram o seu gerenciamento e por isso melhoraram o seu desempenho, como a merenda escolar, agentes de saúde, Fundef, o programa da Aids. Agora, a máquina do governo, como tal, sofre problemas de gerenciamento. Sempre levantei essa questão, que não sei se é necessariamente desperdício, mas leva à ineficiência.

– É verdade que grande parte dos recursos destinados à área social acaba beneficiando pessoas de maior renda?

– Isso é um grande problema no Brasil. Temos de fazer programas que sejam focalizados. Os nossos são extremamente focalizados, o programa de alfabetização entra nas cidades onde a taxa de analfabetismo é enorme. Os públicos são bem definidos e é assim que a gente procura atuar. Para o governo é mais difícil uma focalização tão acentuada como nós fazemos, porque o governo tem de responder a demandas que são iguais em todos os estados. A questão do privilégio de camadas, não de ricos, mas dos menos pobres que recebem esses privilégios, é uma coisa que vem de muito longe no Brasil. É por isso que, comparando com outros países, nossos recursos realmente não chegam lá embaixo. Agora, sim, está havendo uma grande preocupação de fazer com que cheguem. Por isso aumentou o número de crianças na escola. O combate ao trabalho infantil é um programa focalizado. O problema é que há privilégios e todas as vezes em que se tenta mexer um pouco neles não se consegue.

– Poderia dar alguns exemplos?

– A questão da aposentadoria, por exemplo, de uma grande minoria que consome todo o dinheiro da aposentadoria da maioria. Isso é muito difícil, porque é legislação e até a tradição no país. Todas as vezes em que é preciso redistribuir é complicado, porque existem direitos adquiridos, garantias etc. Então, temos de tentar esses programas bem focalizados. O fato de a merenda escolar ter sido descentralizada e ter mandado os recursos para os municípios, o benefício continuado da Previdência, os agentes de saúde. São programas extremamente bem focalizados para o nível mais pobre e que têm um impacto bastante grande. Evidentemente na Previdência há um desequilíbrio. O governo tentou lidar com ele mas não teve sucesso, é bastante difícil mexer nessa legislação.

– A senhora sente que há desvio dos recursos nas bases?

– Eu acho que isso diminuiu muito no Brasil. Qualquer descentralização implica risco. Mas também qualquer descentralização implica maior participação da população. As pessoas ainda têm uma certa dificuldade de mudar um pouco a visão que têm sobre o país. E a gente vê que neste país, mesmo nas suas áreas mais pobres, onde nós estamos presentes, onde a gente vai trabalhar, que eu visito, houve uma sensível mudança. Não estou dizendo que não

CRÍTICAS

“A minha crítica eu faço desde o começo: política social não é uma questão só de recursos. É também uma questão de gerenciamento”

ESCOLA

“Está havendo preocupação de fazer com que os recursos cheguem lá embaixo. Por isso aumentou o número de crianças na escola”

MUDANÇA

“Hoje temos prefeitos jovens, que têm uma mentalidade diferente. E temos uma população que participa nos conselhos municipais”



há pobreza, estou dizendo que há uma mudança. Há uma mudança grande das prefeituras. Hoje tem prefeitos muito jovens, gente da própria comunidade, jovens que têm uma mentalidade diferente. Temos uma população participando mais, porque tem conselho municipal para tudo: merenda, Fundef, saúde, assistência social. Além de outros agentes mobilizadores, ONGs, Pastoral da Criança, que está presente em lugares mais inóspitos e é agente importante de participação.

– Vale a pena o risco da descentralização?

– Não tenho a menor dúvida. Sempre haverá problemas aqui e ali, mas eles serão muito menores do que o custo e os problemas de programas centralizados.

– Dizem que seria melhor dar o dinheiro às pessoas do que ter programas que custam caro e envolvem burocracia.

– Eu acho que isso é uma concepção absolutamente liberal. Se dermos recursos para essas populações que são carentes, deprimidas, sem expectativas, sem possibilidades, excluídas da sociedade, vamos, provavelmente, garantir que eles tenham uma paupérrima existência e não saiam dessa situação de exclusão. Obviamente, há casos em que é preciso oferecer renda mínima. É o caso, por exemplo, do benefício continuado, que é extremamente importante para todo mundo, que começou neste governo, nunca houve antes. Ou do programa de renda mínima bolsa-escola e o programa de combate ao trabalho infantil, que é um programa que tem dado muito certo, porque dá realmente uma renda aos pais para que essa criança vá para a escola.

– São coisas que justificam dar dinheiro?

– Dar o dinheiro faz parte de um projeto maior: garantir a escola para as crianças, garantir que sejam vacinadas, garantir qualidade de vida a essas crianças, que elas não estejam na mesma situação dos pais.

– Como é que a senhora avalia os programas de cesta básica?

– O programa de cesta básica é assistencialista e como tal mantém uma situação de pobreza, em vez de fazer com que ela seja superada. Essa distribuição centralizada de cesta básica, como era até há pouco, não tem nenhum impacto positivo. Eu sou a favor de que se dê assistência. Tem gente com fome, a gente dá, tem que atender a isso primeiro, para depois começar a trabalhar com elas. Mas eu acho que esse programa na verdade foi muito pouco trabalhado, pouco inovador, exatamente porque é muito centralizado.

– Dar o dinheiro para que a pessoa gaste no seu município é aceitável?

– É pelo menos um progresso. Isso está sendo feito no estado de Goiás com muito sucesso. O que era cesta básica, uma coisa bastante tradicional, foi transformado num cartão que é dado principalmente para as mulheres, o que é muito interessante, porque todo mundo sabe que os recursos de políticas sociais que chegam nas mãos das mulheres se multiplicam.

– A tendência dos programas sociais é privilegiar as mulheres?

– O Incri, nos assentamentos, entrega títulos às mulheres, o que permite um melhor de bem-estar para a família. Em Goiás também se faz assim. É muito pouco dinheiro, mas elas podem gastar onde quiserem, só que elas têm que mandar o recibo. Isso é interessante porque há um controle do que elas compram. E há uma satisfação muito maior

das pessoas que recebem. Primeiro, porque é uma coisa digna, enquanto receber uma cesta básica é uma coisa bastante humilhante.

– E o fundo da pobreza?

– Vamos ver como é que ele sai. Ele ainda não existe...

– Aquele problema de ter sempre um político intermediando as ações sociais está sendo superado?

– Não posso dizer que está totalmente superado, mas está sendo deixado de lado. Quando se usam critérios objetivos, a intermediação passa a não ser possível. Há uma série de critérios objetivos para escolher as famílias, para escolher os municípios onde vai trabalhar. Então, diminui muito esse papel de intermediação.

– O que a senhora faria para desconcentrar a renda?

– Não existe nenhuma mágica para a desconcentração de renda. Acho que o dado principal é incluir os excluídos, porque aí eles passam a fazer parte da sociedade e vai diminuindo a concentração. É muito lento, não é possível fazer de uma vez.

– Como direita e esquerda reagem ao discurso de participação?

– Esse discurso não é nem de esquerda nem de direita, é democrático. Em países democráticos, a participação é fundamental. Nós não temos uma grande tradição de participação, mas estamos criando desde os anos 70. A luta contra o autoritarismo envolveu a integração da sociedade, participação. Mesmo em pequenas localidades, temos hoje um país que avança no sentido da participação.

– Mas a senhora não tem ouvido críticas?

– Eu finjo que não escuto.

CESTA

“O programa de cesta básica é assistencialista e como tal mantém uma situação de pobreza, em vez de fazer com que seja superada”

RENDA

“Não existe mágica para a desconcentração da renda. O principal é incluir os excluídos. É muito lento, não é possível fazer de uma vez”

PARTICIPAÇÃO

“Participação não é discurso de esquerda nem de direita, é democrático. Nós temos hoje um país que avança no sentido da participação”